

Família e as formas de proteção social primária aos idosos

Solange Maria Teixeira

RESUMO: O objetivo deste artigo é identificar as mudanças importantes na dinâmica das famílias trazidas pelo envelhecimento populacional e, mais especificamente, as mudanças na composição das famílias com idosos ou de idosos que freqüentam o Programa Terceira idade em Ação – PTIA/UFPI, bem como explicitar como se efetivam as contribuições da família para a proteção social dos idosos e destes para com as gerações mais jovens.

Palavras-chave: família; idosos; proteção social.

ABSTRACT: *The objective of this article is to identify the important changes that have occurred in the dynamics of the families brought about by the population's aging and, more specifically, the changes in the composition of families with elderly members or elderly individuals who attend Programa Terceira Idade em Ação (PTIA - Program for the Elderly in Action) at UFPI (Federal University of Piauí). It also explains how the family contributions to the social protection of the elderly are accomplished, as well as the elderly's protection of the younger generations.*

Keywords: *family; elderly; social protection.*

Introdução

Conforme Silva e Fonseca (2007), a formação dos sistemas de proteção social tem origem nas necessidades das sociedades de impedir ou diminuir o impacto de determinados riscos sobre os indivíduos ou grupos sociais. Tais riscos decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, como a velhice, a infância, a doença, a invalidez, as privações, etc.

Castel (2005), utilizando-se da noção de sociabilidade de Alan Caillé, conceitua os sistemas de proteção social com base na distinção entre sociabilidade primária – em que as ações de proteção são realizadas pela família, pela vizinhança e por grupos de trabalho e até as formas mais organizadas de filantropia que buscavam restituir esse princípio natural da solidariedade local, da proteção face a face e aos que pertencem à comunidade – e a sociabilidade secundária, em que as ações de proteção social são realizadas pelo Estado por meio das políticas públicas.

Nessa perspectiva, “o exercício vital das famílias é semelhante às funções das políticas públicas: ambas visam dar conta da reprodução e da proteção social dos grupos que estão sob sua tutela” (Brant de Carvalho, 2005, p. 267); a diferença é que uma se efetiva no âmbito privado e a outra na esfera pública, no campo dos direitos à proteção social. Mas, como destaca a autora, se, nas sociedades tradicionais e pré-capitalistas, a família se ocupava quase exclusivamente dessas funções, nas sociedades contemporâneas elas são compartilhadas com o Estado.

Isso porque a magnitude dos problemas sociais, sua dimensão estrutural e as lutas travadas por seu reconhecimento como de responsabilidade pública, bem como a capacidade de mobilização tanto das classes sociais submetidas aos maiores riscos quanto das classes dominantes em sua resposta às crises e problemas sociais, fundaram uma nova legitimidade no formato da proteção social, desde o final do século XIX: “trata-se da presença do Estado como organizador, produtor, gestor e normatizador dos sistemas de proteção social” (Di Giovanni, 1998, p. 15). Conforme o autor, em cada país, esse sistema público ganha matizes específicos, adaptados às condições políticas, econômicas e culturais particulares, “mas o fato inexorável é que o Estado [...] passou a assumir, com maior ênfase, as funções acima mencionadas” (ibid.).

As grandes transformações promovidas pelo sistema capitalista e os problemas sociais advindos do seu desenvolvimento desmoronaram ou tornaram sem efetividade as solidariedades de parentesco, a assistência mútua, a auto-ajuda e até a assistência filantrópica organizada; e as

lutas sociais trouxeram problemas antes do domínio privado para a cena pública, que passaram a ser assumidos como responsabilidade estatal, tais como a reprodução da classe trabalhadora e de sua família.

Os sistemas de proteção social que ganharam maior importância, segundo Di Giovanni (*ibid.*) foram aqueles desenvolvidos nas sociedades capitalistas européias, especialmente nos “trinta anos gloriosos” do capitalismo, pós-Segunda Guerra Mundial, que deram base aos sistemas de Seguridade Social geridos pelo Estado. Esses também se difundiram para a periferia do sistema capitalista, adaptado às suas particularidades históricas.

Certamente, a existência e a constituição de sistemas de proteção social primários privados (seja mercantil ou não-mercantil) não deixaram de existir; antes, ao contrário, eles atuam nas fronteiras dos sistemas oficiais de forma complementar ou subsidiária ou ainda de modo sistemático e ordenado, sendo inclusive incentivados pelo Estado.

Atualmente, no contexto das transformações dos sistemas de proteção social, sob os efeitos das restrições econômico-financeiras pós-década de 1970, com a crise do capitalismo e o avanço do neoliberalismo, a sociedade civil e, mais especificamente, a família aparecem com renovado papel na proteção social.

A responsabilização familiar é uma tendência que se expande com o avanço das reformas neoliberais, que pregoa a diminuição das demandas do Estado como mecanismo de redução dos gastos sociais, repassando-as ou dividindo-as com a sociedade civil; como também setores da esquerda, inclusive dos movimentos sociais e ongs, demandam alterações nas relações Estado/sociedade que reforcem a cultura solidarista da sociedade civil na prestação de serviços sociais, bem como defendem o retorno da solidariedade para o interior da sociedade, família e comunidade.

Podemos dizer que, no desenho da política social contemporânea, há um particular acento nas microsolidariedades e sociabilidade sociofamiliar, sobre as quais há uma expectativa de que exerçam papel

decisivo na proteção social, “até substitutivo, em relação ao acesso, cada vez mais incerto, ao sistema de direitos sociais” (Campos e Miotto, 2003, p. 182).

A tendência ao “neofamiliarismo” se faz cada vez mais efetiva, expressão que:

[...] traduz o subjacente à tendência ideológica atual de transformar a unidade familiar em solução para a racionalidade do modelo global, reprivatizando atividades no passado tornadas públicas e trazendo a unidade doméstica privada por definição – de volta para a sociedade em geral. (De Martino, 2001 apud Campos e Miotto, 2003, p. 186)

O objetivo deste artigo não é compactuar com as perspectivas teóricas e práticas que responsabilizam a família pelas formas de inclusão social e combate à pobreza, mas ressaltar as funções de proteção social primárias das famílias que, se fortalecidas pelas políticas públicas com serviços de apoio material e de fortalecimento de vínculos, poderão desempenhar papel importante, apesar de subsidiário, na proteção social de seus membros.

Desse modo, o objetivo do artigo é apresentar e discutir os dados, parcialmente já catalogados, da pesquisa sobre idosos e famílias realizadas no Programa Terceira Idade em Ação – PTIA/UFPI, no ano de 2007, ressaltando as funções de proteção primária exercidas pelas famílias de idosos e com idosos, os serviços e apoio informais que circulam no seu interior, as transferências materiais e imateriais, os arranjos familiares, dentre outros aspectos.

Nossa tese é de que a família também constitui um espaço de proteção social, bem mais em nível primário, localizado e reduzido, não podendo ser substituída da proteção social pública, generalizada e universalizada. Essas funções lhe são atribuídas à medida que se caracteriza como espaço de apoio, solidariedade, de reprodução social e de cuidados a seus membros; capacidade cada vez mais restrita em razão das condições de empobrecimento acelerado da população brasileira nas décadas pós-reajuste estrutural; além de suas novas configurações,

como, por exemplo, dimensão, suporte de que dispõe, tornando-a vulnerabilizada em um espaço a ser cuidado para desempenhar suas funções primárias. Logo, alvo de políticas públicas que se deverão ampliar e não se restringir ou diminuir.

Famílias e as suas funções sociais

Assinale-se que a família não é uma instituição natural, mas social e histórica, podendo assumir configurações diversificadas em sociedades ou no interior de uma mesma sociedade, conforme as classes e grupos sociais heterogêneos.

Conforme destaca Reis (1995, p. 2), é “impossível entender o grupo familiar sem considerá-lo dentro da complexa trama social e histórica que o envolve”. Isso porque a estrutura familiar é determinada por uma complexa integração de fatores econômicos, sociais e culturais, que nos remete, de um lado, a uma determinação histórico-estrutural, de outro lado, à forma específica de organização interna do grupo familiar.

A determinação histórico-estrutural nos leva a observar a existência de uma variedade de modelos de família – de acordo com o tipo de formação socioeconômica ou modos de produção – que institui modelos hegemônicos, como a familiar nuclear, na sociedade burguesa, que inclusive se difunde para outras classes sociais, mas comporta também uma variedade de padrões internos que diferenciam as famílias entre as classes e mesmo com variações no interior de cada classe.

Em relação às funções da família, estas também são históricas; foram se constituindo ao longo do tempo e ganharam peculiaridades em cada formação socioeconômica. Na sociedade capitalista, essas funções vão desde a reprodução biológica, material, à reprodução social de seus membros, como a manutenção da estrutura familiar e da sociedade, além de ser também o lócus da estrutura psíquica do indivíduo, como espaço de geração de afeto, cuidado, segurança, sentimento de pertença, de grupo, espaço de solidariedade primária. Pode-se dizer também que

se trata de um espaço da reprodução da hierarquia, de autoridade, de dominação pela idade e sexo; logo, espaço de conflitos e relações de forças, de luta pelo poder.

Conforme Kaloustian (1998), é a família que propicia os apoios afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar de seus membros. Ela desempenha um papel decisivo na socialização, com a educação formal e informal; em seu espaço são absorvidos os valores éticos e humanitários, onde se aprofundam os laços de solidariedade. Além de ser em seu interior que se constroem as marcas entre gerações e são observados valores culturais.

Na contemporaneidade, o modelo hegemônico ainda é a família nuclear burguesa, composta basicamente pelo triângulo pai, mãe e filhos, com independência em relação à parentela, e por uma complexa combinação de autoridade e amor conjugal. Contudo, esse modelo já perdeu muito de sua legitimidade e convive com uma série de variações, dados os novos arranjos familiares, com novos padrões internos de estrutura familiar e concepções de família.

De acordo com Szumanski (2002), podemos distinguir nove tipos de composição familiar ou de família na contemporaneidade:

- 1) *Família nuclear*: é a família formada por pai, mãe e filhos biológicos, ou seja, é a família formada por apenas duas gerações;
- 2) *Famílias extensas*: são as famílias formadas por pai, mãe, filhos, avós e netos ou outros parentes, isto é, a família formada por três ou quatro gerações;
- 3) *Famílias adotivas temporárias*: são famílias (nuclear, extensa ou qualquer outra) que adquirem uma característica nova ao acolher um novo membro, mas temporariamente;
- 4) *Famílias adotivas*: são as famílias formadas por pessoas que, por diversos motivos, acolhem novos membros, geralmente crianças, que podem ser multiculturais ou birraciais;
- 5) *Famílias de casais*: são as famílias formadas apenas pelo casal, sem filhos;
- 6) *Famílias monoparentais*: são as famílias chefiadas só pelo pai ou só pela mãe;

- 7) *Famílias de casais homossexuais com ou sem criança*: são as famílias formadas por pessoas do mesmo sexo, vivendo maritalmente, possuindo ou não crianças;
- 8) *Famílias reconstruídas após o divórcio*: são famílias formadas por pessoas (apenas um ou o casal) que foram casadas, que podem ou não ter crianças do outro casamento;
- 9) *Famílias de várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo*: são famílias formadas por pessoas que moram juntas e que, mesmo sem ter a consangüinidade, são ligadas fortemente por laços afetivos.

A própria noção ou representação social de família teve que se ampliar para dar conta da realidade contemporânea. Nessa perspectiva, a Antropologia a define como um grupo de pessoas ligadas por relações afetivas construídas sobre uma base de consangüinidade e aliança. Conforme destaca Szymanski (1995), as pessoas que convivem em uma ligação afetiva duradoura podem ser um homem e uma mulher e seus filhos biológicos; mas também um casal do mesmo sexo ou apenas a mulher com seus filhos legítimos ou adotados e outra infinidade de arranjos.

A variedade de concepções, formatos e arranjos familiares são a marca da composição da estrutura familiar contemporânea. Mas, em cada família, varia também a sua formatação durante as fases do ciclo da vida, e diversos tipos de famílias podem coexistir em uma mesma época e local.

Na concepção de Prado (1981), sobre essa variação durante a trajetória vital da família, casais que viveram em uma família extensa, com mais de uma geração dentro de casa, tornam-se nucleares pela morte dos membros mais velhos; e, quando os filhos saem de casa, voltam a conviver como uma família conjugal ou constituir os “ninhos vazios” só com o casal. Ou ainda, com a morte do cônjuge, algumas famílias podem tornar-se monoparentais, dentre outros casos.

Em relação à predominância do tipo de família ou arranjos, na fase do ciclo da vida em que essa é composta por idosos, muitos trabalhos acadêmicos reforçaram a tese dos “ninhos vazios” – termo

utilizado para referir-se à família de idosos que vivem sozinhos ou em casal, com a saída dos filhos de casa para constituírem novas famílias. Essas famílias são representadas por um casal de idosos, sendo que esses ou não tiveram filhos ou, se os têm, não vivem com eles. Acreditava-se que, com a queda da fecundidade, da natalidade, com o aumento da longevidade, a urbanização e industrialização, os ninhos vazios aumentassem, dada a redução do número de membros da família. Entretanto, as famílias brasileiras mais pobres não se enquadram nessa realidade, são numerosas, convivem em um mesmo espaço com várias gerações (pais, filhos, netos) como estratégia de sobrevivência. É nessa perspectiva que as famílias tomam para si o cuidado com seus entes mais necessitados, resultando em uma co-residência na qual os beneficiados em algumas situações são os idosos e em outras os seus filhos e netos.

A co-residência ou ampliação familiar é considerada por Camaraño e Ghouri (2003) como uma forma de estratégia familiar entre gerações novas com as mais velhas, pois os idosos passam a viver na casa dos filhos ou os filhos nem chegam a sair de casa, mesmo casados ou na condição de separados. Para os idosos, essa co-residência é formada por dois fatores, são eles: as condições de saúde e de autonomia, bem como a renda, quando há perda da capacidade laboral. Essa estratégia é essencial para a melhoria das condições de vida, posto que ela oferece benefícios para as duas gerações, sendo as mais novas as mais contempladas com os benefícios da renda fixa, mesmo mínima, dos idosos.

Segundo Camaraño e Ghouri (*ibid.*), alguns trabalhos abordam que a co-residência não ocorre apenas pelas necessidades dos idosos, mas muitas vezes por necessidades dos jovens, visto que os filhos estão, cada vez mais, demorando a sair de casa e dependem economicamente dos pais por um período mais longo. Atribui-se a tal fato o mercado de trabalho competitivo, as exigências de maior qualificação, além da exclusão dos jovens sem experiência no mercado de trabalho ou as precariedades dessa inserção. No plano afetivo, a instabilidade e inconsistência das relações afetivas são expressões da instabilidade da vida material e motivo da permanência ou retorno dos filhos, em alguns casos com netos, para a casa dos pais.

O compartilhamento do mesmo espaço físico é afetado pelas condições de vida, pois tudo passa a ser compartilhado, desde a renda, os afazeres domésticos, o cuidado com as crianças, enfim todas as obrigações que devem ser supridas em uma família extensa. Nessa perspectiva, há idosos que cuidam e há aqueles que precisam de cuidados.

Os estudos de Camaraño e Ghouri (ibid.) caracterizam as famílias de idosos em dois grupos: *família de idosos* – é aquela em que o idoso é o chefe do domicílio; e *família com idosos* – aquela em que os idosos moram na condição de parentes do chefe ou do cônjuge da família. Os autores rediscutem as teses de dependência dos idosos em relação às gerações mais novas e reforçam a idéia de interdependência. Assim, comprovam que houve uma diminuição no período de 1981 a 1999 nas famílias com idosos, cresceu a família de idosos e destes como chefe do domicílio.

Os arranjos familiares extensos, ou famílias constituídas em redes de solidariedades entre várias gerações, configuram as famílias dos idosos de baixa renda. Esse formato de arranjo é considerado como uma condição favorável e segura à saúde dos idosos, pois idosos convivendo em companhia de seus familiares estão bem mais assistidos, tanto em termos de renda quanto em termos de assistência para as tarefas do dia-a-dia, na manutenção de relações interpessoais, nos vínculos afetivos, etc.

Todavia, longe de uma visão idealizada de família, sem conflitos, relações de dominação, de poder e força, antes, ao contrário, destacam-se muitas famílias como fonte de relações de violência, negligência, relações desrespeitosas, de abandono, de conflitos entre gerações, que levam ao isolamento social dos idosos, geram situações estressantes que incapacitam ou provocam a perda de satisfação com a vida, rebaixamento do humor, depressão, entre outros problemas, dependendo das condições de sobrevivência dessas famílias, da vulnerabilidade social provocada pelo desemprego, dependência de álcool e drogas, dos vínculos ou desgaste desses com os problemas da vida moderna, tais como a perda de valores de autoridade, respeito e fortalecimento do individualismo e dos bens materiais.

Não obstante os conflitos (Prado, 1981), a família é única em seu papel no desenvolvimento da sociabilidade, da afetividade e do bem-estar físico dos indivíduos, sobretudo durante o período da infância, adolescência e da velhice. Essas funções são primárias, espontâneas e solidárias, e podem ser potencializadas desde que as políticas públicas criem condições concretas em apoios e serviços, de acesso à renda, moradia, trabalho, saúde, dentre outras.

No caso específico dos idosos da nossa pesquisa, aqueles que freqüentam o Programa Terceira Idade em Ação da UFPI, questiona-se: – há evidências empíricas que comprovam a tese dos “ninhos vazios” ou do seu contrário, das “famílias ampliadas” como suporte de proteção social primária a esses idosos? Considerando o perfil dos idosos, no Brasil, que freqüentam os programas para a terceira idade, geralmente de classe média, com tempo livre disponível para investir em seu próprio benefício e em sua qualidade de vida, reafirmado no perfil dos alunos que freqüentam o PTIA/UFPI, que tipo de arranjos familiares é mais freqüente e que tipo de suporte oferece? Ou seja, que tipo de trocas materiais e imateriais se efetivam no interior dessas famílias? Em termos de Brasil, como a família contemporânea se caracteriza? Entre essas, aquelas de idosos ou com idosos?

Caracterização e questões atuais da família brasileira

O padrão de família no Brasil apresentou algumas mudanças nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. Dentre essas mudanças se destacam: queda substancial do tamanho da família; enorme variação nos arranjos familiares; aumento do número de famílias do tipo mulheres sem cônjuge com filhos, incluindo mulheres idosas viúvas, solteiras ou separadas; aumento do número de famílias cujas pessoas de referência são mulheres e idosos; crescimento do número de famílias chefiadas por idosos.

O “modelo nuclear”, casal com filhos, ainda é hegemônico na organização da estrutura familiar brasileira; 49,4% das famílias em 2006 (IBGE, 2006) tinham esse tipo de arranjo, apesar de representar uma

redução, se comparado a 1996, em que esse tipo de arranjo correspondia a 57,4%. Houve, entretanto, um crescimento de outras formas de arranjos, como aquele de pessoas vivendo sozinhas, que corresponde a 10,7%; dos casais sem filhos, que corresponde a 15,6%; das mulheres sem cônjuge e com filhos na chefia das famílias, que corresponde a 18,1% em 2006, sendo que em 1996 esse percentual foi de apenas 15,8%.

Esses fenômenos são resultantes das transformações contemporâneas na família; entre eles o controle da natalidade, possibilitado pela contracepção e, conseqüentemente a redução da fecundidade proporcionada pela inserção da mulher no mercado de trabalho; ampliação de sua escolaridade; adiamento do desejo de ter filho e até o projeto de não tê-los; as separações e instabilidades dos relacionamentos conjugais que ampliam as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, bem como a maior liberdade de comportamento nos centros urbanos; o aumento da esperança de vida; redução das taxas de mortalidade, dentre outras.

Em qualquer tipo de arranjo, configura-se a tendência de redução do tamanho da família, que passou da média de 3,6 pessoas, em 1996, para 3,2, em 2006 (ibid.). Apesar de nos estratos mais pobres o tamanho da família ser maior do que nas demais classes e segmentos sociais, há uma redução também significativa nos últimos anos.

Entre os arranjos unipessoais, que apresentam um crescimento de 2,7 pontos percentuais em relação a anos anteriores, atingindo 10,7% do total no conjunto nacional, cerca de 40% dessas unidades, em 2006, estavam ocupadas por pessoas com mais de 60 anos; ao que se deve a maior esperança de vida dos brasileiros e a uma mudança cultural expressa na independência dos idosos, como também material e de melhora no quadro de saúde dos idosos. Destes, os homens constituem maioria, 50,5%, contra 49,5% de mulheres.

No Piauí, o tipo de arranjo casal com filhos é de 53,6%, e a maioria é constituída do núcleo restrito pais e filhos sem parentes (48,4%). Os “ninhos vazios” (casais sem filhos e idosos sozinhos) correspondem a 21,8%; destes, apenas 8,2% são famílias unipessoais.

Em relação aos idosos de todo o Brasil, o tipo mais comum é do idoso morando com seus filhos, 44,5%. As regiões Norte e Nordeste se destacam com percentuais acima da média nacional, respectivamente, 54,5% e 51,6%, que podem ser resultantes de necessidades socioeconômicas que impedem a saída dos filhos de casa, de necessidades dos idosos, como também de traços culturais dessas regiões.

Os “ninhos vazios”, de casais idosos sem filhos, representaram apenas 22,3% em 2006; e os morando sozinhos 13,2%, que, se somados, expressam um grande número de “ninhos vazios”, mas não superam os outros tipos de arranjos familiares. Contudo, é perceptível que esses percentuais dos arranjos de idosos que compõem os “ninhos vazios” são maiores do que na família brasileira considerada em sua totalidade.

Têm crescido as famílias de idosos em que são os filhos que moram com eles, em que o idoso é a pessoa de referência e chefe do domicílio, esse percentual chega a 64,0% no Brasil. No Piauí, esse percentual é de 62,5%. Logo, cresce a família de idosos e diminui a família com idosos; ou seja, em que esse vive no domicílio dos filhos ou de outros parentes.

Essas mudanças se devem à longevidade, mas também ao acesso à renda, de pensões e aposentadorias, e têm possibilitado aos idosos um papel de destaque na vida familiar, com maior poder de negociação nas questões domésticas e familiares, redefinindo seu papel social no interior das famílias e da sociedade.

Deve-se ressaltar que as desigualdades no Brasil ainda são marcantes e se reproduzem no envelhecimento. Dentre os idosos que chegam suas famílias, 40% deles na zona urbana, esses o fazem com um salário mínimo; e na zona rural esse percentual sobe para 65%. Esses idosos concentram também baixa escolaridade, maior probabilidade de apresentarem problemas de saúde, de moradia, dentre outros.

Famílias dos idosos do PTIA/UFPI e as transferências de apoio informal

Entre os idosos que freqüentaram o PTIA/UFPI, no segundo período de 2007, 50 deles foram ouvidos através de um questionário. Sobre as questões de perfil desses idosos, confirma-se um perfil dos idosos semelhante ao de outros que freqüentam programas para a terceira idade no Brasil.¹ Por exemplo: 92,0% são do sexo feminino, e apenas 08,0% do sexo masculino; 48,0% têm entre 60-64 anos; logo, são os chamados jovens-idosos ou terceira idade; os idosos entre 70-79, entretanto, são representativos, constituindo-se em 18,0%. No que diz respeito à renda familiar, apesar de variada, há predomínio dos que ganham até 3 salários mínimos (34,0%), até 5 salários mínimos (20%) e mais de 5 salários mínimos (08,0%); alguns relativamente superiores, se comparados aos que ganham apenas 1 salário mínimo (20%). Esses idosos também apresentam bom nível educacional; a maioria, 68,0%, tem o segundo grau completo, e 16,0% tem o terceiro grau. Os analfabetos ou com apenas um ano de estudo correspondem apenas a 2,0% destes. A maioria é casada(o) (44,0%) e as viúvas(os) correspondem a 34,0%.

Em relação aos arranjos familiares, conforme a Tabela 1, a maioria (32,0%) mora com cônjuge e filhos, confirmando as estatísticas nacionais. Todavia, com percentuais bem menores; ou seja, predomina a família nuclear ou “restrita”, com, no máximo, duas gerações coabitando no mesmo domicílio e sem parentes. Mesmo com a coabitação, essa se dá com pouquíssimos membros familiares, posto que em 48,0% dos casos o número de pessoas no domicílio é de apenas 3 pessoas; destes

¹ Sá (1991) identifica, nas sistematizações dos dois primeiros semestres do Curso Universidade Aberta à Terceira Idade, na PUC de Campinas, que 80% eram mulheres, sendo que 28% tinham entre 55 e 65 anos, constituindo maior concentração. Em relação à escolaridade, 23% tinham primário completo; 20% o segundo grau e 10% curso superior. É expressivo o número dos que recebem de 5 a 19 salários mínimos, que corresponde a 43%. Os aposentados totalizam 43%. O número de donas-de-casa é de 42%; e apenas 10% do montante continuam a trabalhar; 70% moram com a família e 24%, sozinhos.

24,0% são de apenas duas pessoas; sendo o número de filhos que residem no mesmo domicílio, predominantemente em 38,0% dos casos, de apenas um filho.

Essas particularidades estão associadas à condição de classe desses idosos, sendo a maioria de classe média. Gueiros (2002, p.110) afirma, a partir da literatura e da observação de sua prática profissional, que as famílias de camadas médias e as de camadas baixas tendem a se organizar preconizando diferentes “modelos” de família. “O ‘modelo’ patriarcal² ou de família extensa continua como principal referência para as famílias das camadas baixas (apud Sarti, 2005); e o ‘modelo’ conjugal³ de família restrita é a forma idealizada pelas famílias de camadas médias e altas”. Entretanto, a autora ressalta a convivência de traços e características de ambos os “modelos” nas famílias; dessa forma, há apenas a predominância de certos aspectos de um ou de outro “modelo”.

² A família patriarcal constitui um modelo de família extensa que agrega a parentela ou funciona em rede de solidariedades com outros familiares e vizinhança. Segundo Gueiros (2002, p.107), denomina-se família patriarcal, genericamente, a família em que os papéis do homem e da mulher e as fronteiras entre o público e o privado são rigidamente definidos; o amor e o sexo são vivenciados em instâncias separadas, podendo ser tolerado o adultério por parte do homem, e a atribuição de chefe da família é tida como exclusivamente do homem. Conforme Sarti (2005), este tem sido o modelo predominante entre as famílias de baixa renda de suas pesquisas.

³ A família “conjugal” é uma instituição em que os membros têm uma individualidade maior do que nas famílias existentes anteriormente, uma grande independência em relação aos grupos de parentesco; ela se construiu progressivamente como espaço “privado” onde os membros da família têm um interesse maior em estar juntos, em compartilhar a intimidade; são cada vez mais sensíveis à qualidade de suas relações (Singly, 2007). A família “conjugal” é formada pelo triângulo pai, mãe e filhos, também denominada de “restrita” ou “nuclear”.

Tabela 1 – Arranjos familiares dos idosos do PTIA/UFPI, 2007

	Homens %	Mulheres %
1 Com quem reside		
Mora sozinho	2,0	12,0
Mora com o cônjuge	2,0	10,0
Mora com filhos solteiros	-	16,0
Mora com o cônjuge e filhos	2,0	30,0
Mora com pelo menos 1 filho(a) casado (a)	2,0	12,0
Mora com parentes	-	12,0
Total %	8,0	92,0
2 Número de membros do domicílio		
1 pessoa	2,0	12,0
2 pessoas	2,0	22,0
3 pessoas	-	24,0
4 pessoas	2,0	12,0
5 pessoas	-	12,0
Acima de 5 pessoas	2,0	10,0
Total %	8,0	92,0
3 Número de filhos no domicílio		
Nenhum	4,0	28,0
1 filho (a)	2,0	36,0
2 filhos (as)	2,0	14,0
3 filhos (as)	-	12,0
4 filhos	-	-
Mais de 05 filhos (as)	-	2,0
Total %	8,0	92,0
4 Motivo para viver com os filhos		
Viuvez	2,0	16,0
Casamento de outros filhos	-	-
Problemas de saúde	2,0	-
Nascimento dos netos	-	04,0
Os filhos ainda não saíram de casa	4,0	38,0
Não tem filhos no domicílio	-	34,0
Total %	8,0	92,0

Fonte: Elaboração da Autora. Teresina-PI, 2007.

Os idosos que constituem “ninhos vazios” apresentam um alto percentual nesse grupo, dentre os que residem sozinhos ou apenas com o cônjuge (26,0%); desses, apenas 14% residem sozinhos. Entre os vários fatores atribuídos a esses arranjos domiciliares independentes, estão relacionados desde as transformações culturais, que tendem a valorizar o individualismo, a independência e autonomia, a algumas condições socioeconômicas como o acesso à renda e boas condições de saúde.

A predominância de idosos com cônjuge e filhos se deve ao fato de a idade da maioria ser entre 60-64 anos (48,0%) e ao estado conjugal dos filhos que ainda residem no mesmo domicílio. Entre os motivos para viverem com os filhos, 42% declararam que os filhos ainda não saíram de casa; logo, são eles quem vivem na casa dos idosos, expressando uma mudança cultural e econômica; a viuvez aparece em 18,0% dos casos e os problemas de saúde em apenas 02,0%.

Quanto às transferências de apoio entre idosos e a família, ou formas de proteção primárias, estudos e pesquisas (Saad, 2003) mostram que a intensidade e a direção do fluxo de apoio entre pais idosos e filhos adultos costumam estar associadas ao estado conjugal de ambas as partes, mas também se destacam as diferenças de gênero, tanto de pais quanto de filhos, e o número de filhos vivos que os idosos têm; e, mesmo não residindo no mesmo domicílio, ampliam-se as chances de receber algum tipo de ajuda.

Tabela 2 – Rede de apoio dos idosos do PTIA/UFPI, 2007

1 Quem lhe ajuda quando precisa	Quantidade de vezes citada
Cônjuge	15
Filha (s)	23
Filho (s)	16
Vizinhos	02
Empregada doméstica	07
Outros parentes	13
Total de vezes citada	76
<hr/>	
2 Número de filhos vivos	%
Nenhum	8,0
1-2	34,0
3-4	38,0
5 ou mais	20,0
Total %	100,0
<hr/>	
3 Qual a forma de ajuda que você recebe da família	Quantidade de vezes citada
Apoio financeiro	08
Infra-estrutura (casa, alimento, cuidados)	05
Apoio afetivo (amor, carinho, compreensão)	36
Companhia do ente querido	06
Você é quem ajuda sua família	07
Outras formas de ajuda	-
Total de vezes citada	62
<hr/>	
4 Quem é o chefe do seu domicílio	%
Você	54,0
Cônjuge	28,0
Você e seu cônjuge	8,0
Filho ou filha	4,0
Genro ou outros parentes	6,0

Fonte: Elaboração da Autora. Teresina-PI, 2007.

A Tabela 2 demonstra que ainda são as filhas que mais ajudam os idosos, uma marca de gênero, pois a mulher está associada às fun-

ções do cuidado e dos afazeres domésticos. E ainda que a rede de ajuda dos idosos pode ser alargada, considerando o número de filhos vivos; a maioria tem entre 3 e 4 filhos (38,0%), ampliando as chances de dispor de ajuda familiar.

Este estudo, em particular, demonstra que as formas de proteção primárias são diversas e vão desde a ajuda física e financeira até à emocional. Entre os idosos do PTIA predomina a forma de ajuda e apoio afetivo que os familiares oferecem a seus idosos, reforçando as funções afetivas da família, que proporciona o sentimento de pertencimento, de grupo, de laços afetivos; isso pode estar relacionado ao estado conjugal dos filhos, como também ao fato de morarem com os idosos e, principalmente, de os idosos serem o chefe do domicílio. Neste sentido, observa-se que, em 54,0% dos idosos, eles são os chefes do seu domicílio; é a sua renda que provê sua família, o que amplia as chances de os idosos ajudarem seus filhos, e de esses receberem apenas apoio efetivo. Acrescentando-se a isso que o bom estado de saúde dos idosos ainda possibilita e constitui fonte de ajuda, seja na criação dos netos, nos trabalhos domésticos, nas despesas do lar, seja em tudo o que é preciso e que estiver a seu alcance.

Nesse caso específico, os fluxos de apoio tendem a ser mais dos idosos para com os filhos do que o inverso, apesar de poderem contar com ajuda também em caso de necessidade, por terem filhos morando no mesmo domicílio e outros filhos que, mesmo não morando no mesmo domicílio, podem tornar-se fonte de ajuda.

Portanto, a condição de chefe do domicílio, a idade e estado conjugal aumentam a probabilidade de os idosos poderem prover algum tipo de apoio e ajuda a sua família, reafirmando os dados de outras pesquisas que apontam, no Brasil, a existência de um importante e crescente fluxo de apoio no sentido que vai do idoso à família; fluxo esse que, muitas vezes, na visão de Saad (2003), chega a equiparar-se em intensidade aos fluxos no sentido inverso.

Considerações finais

A família constitui, historicamente, espaço de proteção primária a seus membros, considerando as transferências materiais e imateriais que se dão em seu interior; entre essas, aquelas destacadas neste estudo, de apoio e ajuda informal, que vão das relações afetivas àquelas físicas e materiais.

A realidade atual das famílias, seja pelo empobrecimento seja por sua morfologia, que inclui seu tamanho configurado nos novos arranjos, mas também o desgaste de vínculos e relacionamentos põe em risco o cumprimento dessas funções, principalmente na capacidade de proteger e cuidar de seus membros dependentes.

Os arranjos domiciliares denominados “ninhos vazios” podem tornar essas famílias de idosos vulnerabilizadas à medida que os idosos demandam em algum momento desse ciclo da vida cuidados domésticos. Como se pode observar pelos dados estatísticos nacionais ou de idosos do PTIA/UFPI, é crescente os arranjos dessa natureza, apesar de ainda não predominantes.

Considerando ainda as incipientes políticas universalistas voltadas para a proteção social dessas famílias nos países em desenvolvimento, como o Brasil, a família continua a ser a principal fonte de suporte para seus membros dependentes, em especial para a população idosa, não mais de suporte financeiro, dado o crescimento do número de idosos beneficiados pela previdência ou assistência social, mas de apoio e cuidados domésticos, em especial, em casos de doenças incapacitantes para as atividades da vida cotidiana.

A realidade dos idosos, com acesso à renda das políticas públicas, ainda que em muitos casos de renda mínima, tem possibilitado uma redefinição dos papéis e relações familiares; um deles é o crescimento dos fluxos de apoio que vão dos idosos à sua família, em que as gerações mais jovens desempregadas, dependentes, incluindo filhos casados, solteiros ou separados, usufruem da renda, mas também de serviços que os idosos cada vez mais ativos, participativos e saudáveis

podem oferecer. Essa mudança redefine a noção de dependência dos idosos e reafirma as relações de interdependência entre as gerações que constituem a família.

As condições de chefia do domicílio, juntamente com o fato de ser a pessoa de referência no lar, de alguns filhos ainda não terem saído de casa e viverem com os idosos constituem mudanças não apenas econômica, mas também cultural, e expressa a independência dos idosos, que, mesmo em caso de viuvez, separações, presença de doenças crônicas, não desfazem seus domicílios para morar com os filhos.

Conforme demonstra o presente estudo, não há predomínio de arranjos extensos entre os idosos do PTIA/UFPI – em que a família funciona em rede de apoio de várias gerações e vizinhança – mas a família nuclear, restrita a pais e filhos sem parentes, e, em muitos casos, com pouquíssimos filhos que ainda não saíram de casa – quadro esse compatível com a posição de classe desses idosos –, bem como a situação de renda, idade, estado conjugal, saúde, que explicam por que os fluxos de apoio tendem a ser maiores dos idosos para com os filhos do que o inverso. Entretanto, o número de filhos vivos demonstra que essas relações podem ser de mão dupla e os idosos poderão dispor de ajuda em outros momentos de suas vidas.

Referências

- BRANT de CARVALHO, M. C. B. (2005). “Famílias e políticas públicas”. In: ACOSTA, A. R. e VITALE, M. A. S. (orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo, Cortez e IEE/ PUC-SP.
- BRASIL. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA (2006). *Síntese de indicadores sociais*.
- CAMARAÑO, M. A. e GHOURI, S. K. (2003). *Família de idosos: Ninhos vazios?* IPEA. Disponível em www.ipea.gov.br. Acesso em 08/01/2007.
- CAMPOS, M. S. e MIOTO, R. C. T. (2003). Política de assistência social e a posição da família na política social. *Ser Social*, n. 12, pp. 165-190.

- CASTEL, R. (2005). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- DI GIOVANNI, G. (1998). "Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual". In: OLIVEIRA, M. A. de. *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas, Unicap-IE.
- GUEIROS, D. A. (2002). Família e proteção social: questões atuais de limites da solidariedade familiar. *Serviço Social e Sociedade*, n. 71, pp. 102-121.
- KALOUSTIAN, M. (org.) (1998). *Família brasileira a base de tudo*. São Paulo, Cortez.
- PRADO, D. (1981). *O que é família*. São Paulo, Brasiliense (Col. Primeiros Passos).
- REIS, J. R. T. (1995). "Família, emoção e ideologia". In: SILVIA, T. M. L. e CODO, W. *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo, Brasiliense.
- SÁ, J. L. M. de (1991). *Universidade da terceira idade: uma proposta e ação inicial*. Campinas, SP, PUC-Campinas.
- SAAD, P. M. (2003). "Arranjos domiciliares e transferências de apoio informal". In: LEBRÃO, M. L. (org). *SABE – Saúde, bem-estar e envelhecimento: o projeto sabe no município de São Paulo: uma abordagem inicial*. Brasília, Organização Pan-Americana de Saúde.
- SARTI, C. (2005). "Famílias enredadas". In: ACOSTA, A. R. e VITALE, M. A. S. (orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo, Cortez e IEE/PUC-SP.
- SILVA, R. R da e FONSECA, T. M. A. da (2007). Proteção social: notas críticas sobre a interface entre Estado e família na contemporaneidade. JORNADA INTERNACIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS, 3. São Luís. *Anais...* Maranhão, UFMA, CD-ROM.
- SINGLY, F. de (2007). *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro, FGV.
- SZUMANKI, H. (2002). Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafio de um mundo em mudanças. *Serviço Social e Sociedade*, n. 71, pp. 9-25.

SZUMANKI, H. (1995). “Teorias e ‘teorias’ de famílias”. In: BRANT DE CARVALHO, M. do C. (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo, Educ/Cortez.

Data de recebimento: 25/4/2008; Data de aceite: 24/6/2008.

Solange Maria Teixeira – Doutora em Políticas Públicas. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: solange-mteixeira@hotmail.com

revista Kairós, São Paulo, 11(2), dez. 2008, pp. 59-80